



05/12/2018 10:29 - Desocupação no Brasil subiu para 12,5% entre 2015 e 2017



A taxa de desocupação no Brasil, que era de 6,9%, subiu para 12,5% entre 2014 e 2017, o que significa 6,2 milhões de pessoas desocupadas a mais no período, com crescimento em todas as regiões e em todos os grupos etários. O trabalho informal chegou a 37,3 milhões de pessoas, o mesmo que 40,8% da população ocupada, ou dois em cada cinco trabalhadores. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o contingente cresceu 1,2 milhão desde 2014, quando representava 39,1% da população ocupada.

Os dados fazem parte da Síntese dos Indicadores Sociais 2018, divulgada hoje (5) pelo IBGE, que classifica o estudo como “um conjunto de informações sobre a realidade social do país”. O trabalho tem como

principal fonte de dados para a construção dos indicadores a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), de 2012 a 2017.

A maior participação em trabalhos informais, em 2017, era de pretos ou pardos (46,9%), ante a de brancos (33,7%), que ganhavam, em média, R\$ 2.615, ou seja, 72,5% a mais que os pretos ou pardos, que tinham vencimentos de R\$ 1.516. A diferença ocorre também no gênero. Os homens recebiam R\$ 2.261, equivalentes a 29,7% a mais que as mulheres, que tinham salários de R\$ 1.743.

A proporcionalidade de brancos (45,8%) e a de pretos e pardos (53,2%), na visão do IBGE, “constitui também uma característica importante na segmentação das ocupações e a persistência, ainda hoje, da segregação racial no mercado de trabalho”. A presença de pretos ou pardos era maior em atividades com menores rendimentos médios, como agropecuárias (60,8%), construção civil (63,0%) e serviços domésticos (65,9%), justamente as que no ano passado tinham os menores rendimentos médios. A situação foi diferente nas atividades de educação, saúde e serviços sociais, que tiveram mais participação de pessoas brancas (51,7%).

Carteira assinada

De acordo com o IBGE, no mesmo ano, a razão entre o topo da distribuição dos rendimentos e a base mostrou que os 10% com maiores rendimentos recebiam 12,4 vezes mais do que os 40% com menores rendimentos. Entre os empregados sem carteira assinada, os da agropecuária tinham a desigualdade mais acentuada. Recebiam, em média, 47,1% do que ganhavam aqueles com o documento assinado. Era também desigual na indústria e na construção civil. Nessas atividades, os trabalhadores recebiam pouco mais da metade do que os de carteira assinada.

Falta de horas

Entre 2014 e 2017, houve elevação de 28,9% na população subocupada por insuficiência de horas. No período, subiu de 5 milhões de pessoas em 2014, para 6,5 milhões em 2017. No ano passado, as mulheres que representavam 43,4% da população ocupada chegaram a 53,6% da população subocupada por insuficiência de horas. As pessoas pretas ou pardas eram 53,2% dos ocupados, mas aumentavam e chegavam a 65,4% dos subocupados. Houve diferença ainda entre os trabalhadores de 14 a 29 anos. Eles eram 26,6% dos ocupados, mas 34,1% dos subocupados. Já os sem instrução ou com fundamental incompleto eram 27,6% dos ocupados e 37,7% dos com insuficiência de horas.

Entre os trabalhadores em serviços domésticos, que representavam 6,3 milhões em 2017, ou 6,8% dos ocupados, a maior parte, ou seja, 5,8 milhões é constituída de mulheres, enquanto os homens eram 475 mil. Já na construção civil, a situação é diversa. A atividade caracterizada pela baixa remuneração tem mais trabalhadores (6,8 milhões) do que trabalhadoras (240 mil).

